

03 MAR 2020

FOLHA DE LONDRINA

Londrina vai ganhar segundo Juizado de Violência Doméstica

**Segundo a juíza Zilda Romero, implantação deve ocorrer em
cerca de 90 dias; Vara Maria da Penha completará
dez anos em outubro**



"Eu estou marcando audiências para 2022, essas mulheres não podem ficar aguardando tanto tempo para ter uma resposta do poder judiciário", afirma a juíza Zilda Romero

***Com tristeza que a gente tem que
noticiar que, apesar de todas as políticas
públicas em benefício das mulheres, a
violência doméstica está aumentando***

CONTINUA

03 MAR 2020

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Lais Taine

Reportagem Local

Em evento de divulgação da programação do Mês da Mulher em Londrina, a juíza Zilda Romero anunciou que a cidade irá ganhar o 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos. O juizado especial vai permitir agilizar os processos e casos de violência doméstica em Londrina.

“Com uma certa tristeza que a gente tem que noticiar que, apesar de todas as políticas públicas em benefício das mulheres, a violência doméstica e familiar está aumentando. Eu tenho 3.700 mulheres com medidas protetivas de urgência, temos muitos casos de tentativa de feminicídio e, apesar de a Lei Maria da Penha de 2006, toda a divulgação e campanhas, as mulheres ainda sofrem preconceito, discriminação, porque ainda convivemos com esses machismos.”

Ela conta que foi em comitiva com representantes da Prefeitura, Câmara Municipal e sociedade civil organizada até o Tribunal de Justiça (Curitiba), em mobilização para demonstrar a necessidade de um segundo ajuizado. “Vai ser implantado acredito que dentro de 90 dias. Porque há uma necessidade. Eu estou marcando audiências para 2022, então essas mulheres não podem ficar aguardando tanto tempo para ter uma resposta do poder judiciário e esse agressor não responder por esses processos”, aponta.

Romero informa que são mais de 3.500 ações penais, 3.700 mulheres com medida protetiva, mais de 260 homens cumprindo a pena em Londrina. Para ela, é preciso trabalhar muito para mudar a realidade e chamar os homens para a campanha.

O Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e de Crimes contra Criança e Adolescente - 6ª Vara Criminal, conhecida como Vara Maria da Penha, vai completar 10 anos em outubro e foi a primeira do gênero a ser criada no interior do Estado do Paraná e a terceira do interior no sul do Brasil. “O juizado é desde a entrada, desde as medidas protetivas, instrução dos processos e também a execução da pena, então tudo é feito no juizado, por isso a demanda é grande.”

Além dos trâmites, a Comarca de Londrina conta também com três projetos de trabalho com os agressores, que são acompanhados por uma equipe especializada durante 15 sessões, na busca de reeducação e mudança de comportamento. “Nós temos que conscientizar esse homem para as formas de agressão contra a mulher. Os índices mostram que os homens que participam desses projetos têm uma reincidência muito baixa, 90% não voltam a responder a outros processos”, afirma.

Reflexões sobre a mulher brasileira

Na clássica carta do escrivão Pero Vaz de Caminha, datada de 1 de maio de 1500, encaminhada ao rei de Portugal, Dom Manuel I, e tida consensualmente como certidão de nascimento e primeiro documento histórico da terra que posteriormente viria a ser conhecida como Brasil, pretendia-se principalmente comunicar o sucesso da expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento das novas terras. Além disso, na carta se pode identificar a primeira vez que a mulher indígena das Terras de Santa Cruz foi citada e registrada. O trecho chega à comicidade, Caminha escreveu assim: “Uma daquelas moças era toda tingida, tão bem-feita, e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha), tão graciosa, que muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhes tais feições, envergonharam-se por não terem a sua como a dela”.

Não nos resta dúvida que Vaz de Caminha, Cabral e toda sua tripulação, (inclusive as mulheres) fizeram olhos gordos para a beleza feminina da ameríndia. Fora isso, há incorporado na carta de Pero Vaz muitos outros motivos para rir e se orgulhar, porém agora — já muito distante dos portugueses terem ancorado seus navios na costa tupiniquim — a mulher brasileira para muito além da graciosidade e das curvas de seu corpo demonstra também outros motivos para invejar o mundo e para orgulharmos da formação da identidade nacional. Basta que se atente às obras de Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, às músicas de Carmen Miranda, Marisa Monte, Elis Regina, e Paula Toller, aos livros de Cecília Meireles e Clarice Lispector ou mesmo às excelentes atrizes Fernanda Montenegro, Laura Cardoso, Glória Menezes e para sermos ainda mais pontuais e fiéis ao cotidiano, podemos citar as duas cientistas brasileiras, Ester Cerdeira Sabino e Jaqueline Goes, que nos últimos dias sequenciaram o genoma do coronavírus em tempo no tempo recorde de 48h. Além de todas essas, cabe dizer que muitas outras ficaram de fora pois extrapolariam os limites de coluna.

Incontestavelmente, durante vários séculos, mulheres de todo o mundo foram relegadas à limitação do ambiente doméstico e ao subalternizo do poder do pai e do marido. Para radicalizarmos, podemos lembrar de períodos remotos onde havia leis que puniam o celibato, obrigavam o casamento, permitiam ao homem o livre divórcio por simples justificativa de infertilidade da mulher e não raros casos onde elas jamais tiveram direito à herança, mesmo quando sendo irmãs mais velhas.

O Dia Internacional da mulher, instituído em 1975 (depois de muita luta e episódios trágicos), busca retificar e equilibrar essas diferenças, dando a elas, ao menos simbolicamente, os direitos políticos e sociais os quais nunca tiveram, mas também significa um complexo reflexo da modernidade e pós-modernidade, o qual tem o capital financeiro como objeto principal de evolução humana, desse modo, modernizar

a mulher foi também um dos tantos movimentos involuntários do capitalismo.

É sabido que as principais correntes feministas nasceram no século 19 no bojo de movimentos anarquistas e socialistas. Elas foram importadas para o Brasil junto com os imigrantes e as revoluções industriais. A princípio a reivindicação era por melhores salários e condições de trabalho — nesse caso, não só das mulheres, mas também dos homens. Posteriormente, a luta também pelo simples direito ao sufrágio, que no Brasil só veio a ocorrer a partir de 1934, no entanto, obscurecido de 1937, com o golpe do Estado Novo redigido por Getúlio Vargas, até 1945, com o início da redemocratização e o fim da Era Vargas.

Por fim, é motivo de regozijo de qualquer pessoa sensata orgulhar-se das transformações sociais que ano a ano retiram as mulheres das margens ligadas aos modelos retrógrados e patriarcais, que lhes dão maior autonomia para serem o que quiserem ser, decidindo-se por si seus sonhos e seus destinos. No entanto, ainda há muito caminho a ser percorrido, afinal, não é preciso muito esforço e nem ir muito longe para deparar-se com declarações misóginas e racialistas que se disfarçam de “ordenamento natural” e de justificativas irracionais que não se sustentam historicamente.

Antonio Alves Pereira Junior
é professor de filosofia e escritor (Palotina)

03 MAR 2020

FOLHA DE LONDRINA

Justiça do Ceará manda soltar 43 PMs detidos em motim

Folhapress

Fortaleza - A Justiça do Ceará determinou nesta segunda-feira (2) a soltura de 46 policiais militares que estavam presos sob suspeita de participação no motim que paralisou parte da PM cearense por 13 dias. A decisão foi do juiz Roberto Soares Coutinho, que, na quinta-feira (27), havia convertido a prisão em flagrante de todos eles em prisão preventiva.

Segundo o juiz, o acordo feito entre os policiais e o estado tornou desnecessária a prisão, que teve como fundamento a garantia da ordem pública e a necessidade de manter a hierarquia e a disciplina.

Três dos PMs estavam presos desde 18 de fevereiro, primeiro dia de paralisação, por esvaziarem pneus de viaturas. Os outros 43 foram detidos a partir do dia 22 de fevereiro por não aparecerem para trabalhar em ope-

ração especial de Carnaval no interior do estado. Eles foram considerados desertores.

A decisão ocorre um dia depois de o motim terminar. O acordo assinado entre os policiais e uma comissão especial criada para negociar o fim da paralisação não contemplou a anistia geral pedida pelos amotinados.

vir a ser expulsos da corporação ou ser presos novamente. Outros 230 policiais foram afastados por 120 dias enquanto são investigados - eles tiveram que devolver armas e distintivos e ficarão fora da folha salarial pelo período. O valor de aumento salarial oferecido pelo estado, estopim da paralisação, foi mantido, mas o governo

Soltura não significa que os policiais deixarão de responder por possível participação na paralisação

Segundo o governador do Ceará, Camilo Santana (PT), todos terão serão investigados sem perseguição e, se considerados culpados, responderão pelos seus atos.

A soltura não significa que os policiais deixarão de responder por possível participação na paralisação. Os casos serão analisados separadamente, e os PMs podem

aceitou rediscutir como será distribuído entre as patentes o total que pretende gastar (R\$ 495 milhões). A oferta prevê reajuste para um soldado de R\$ 3.475 para R\$ 4.500, parcelado em três vezes (pagamentos em março de 2020, março de 2021 e março de 2022). O projeto de lei tramita na Assembleia Legislativa.

03 MAR 2020

FOLHA DE LONDRINA

Justiça devolve mandato a vereador cassado por ofensas homofóbicas

Luis Fernando Wiltemburg

Reportagem Local

A juíza da Vara da Fazenda Pública de Ibiporã, Sonia Leifa Yeh Fuzinato, restituiu o mandato do vereador de Jataizinho (Região Metropolitana de Londrina) Antônio Brandão de Oliveira Netto (PTC), o Toninho Oliveira, que havia sido cassado em setembro de 2019, dez meses após a implantação de uma CP (Comissão Processante). Por seis votos a dois, os parlamentares de Jataizinho haviam considerado que houve quebra de decoro parlamentar por ofensas de cunho racista e homofóbico contra Igor Sabará (PTC).

Para a magistrada, a cassação foi ilegal por ter extrapolado o prazo legal para o trâmite de uma CP. Ela determinou o retorno imediato de Toninho à Câmara de Jataizinho, mas o presidente da Casa, Claudinei Cabral (PV), afirma que o Legislativo ainda não havia sido intimado.

A perda do mandato ocorreu após uma discussão entre os dois vereadores, nos quais ambos trocaram ofensas. Toninho diz que não foi um julgamento justo e ocorreu fora do prazo. Já Sabará diz que a decisão extrapola a barreira das garantias constitucionais e será derrubada nas instâncias superiores.

Thiago Nassif

Na Conferência Nacional da Mulher Advogada

A presidente da OAB-Londrina, Vânia Queiroz, participa, dias 5 e 6 de março, da III Conferência Nacional da Mulher Advogada, em Fortaleza (CE). O evento é organizado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por meio de sua Comissão Nacional da Mulher Advogada, e terá como tema central Igualdade, Liberdade e Sororidade.

A programação está bastante intensa. Entre os debates programados estão "As prerrogativas da mulher advogada", "A participação da mulher na política", e "O papel do Direito na promoção da igualdade de gênero". O objetivo da Conferência é levantar as principais bandeiras do universo feminino frente aos desafios da advocacia contemporânea.

03 MAR 2020

TRIBUNA DO PARANÁ

NOVA CADEIA

Delegacia de Curitiba será transformada em cadeia para até 500 presos

Espaço para abrigar entre 400 e 500 presos. Esta é a promessa da nova cadeia pública de Curitiba, que deve ser instalada no prédio onde funciona atualmente o 11º Distrito Policial, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). De acordo com o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (Depen-PR), o local passará por reforma nos próximos meses, para ser modernizado e transformado em presídio. As obras que devem começar ainda este ano, tem investimento estimado em R\$ 1 milhão pelo Tesouro Estadual.

Para que a nova cadeia pública saia do papel, o 11º Distrito deve ser transferido em até seis meses para outro endereço, que ainda não foi definido. Mudanças que de acordo com o diretor-geral do Depen Francisco Caricati, também devem melhorar a estrutura da delegacia. "Será um investimento muito significativo, que reforça a preocupação do Estado em equacionar o problema do déficit prisional, além de permitir uma estrutura melhor para a segurança pública do Paraná", destacou Caricati.

Novas delegacias

Segundo o governo estadual, o pacote de investimento no sistema prisional também prevê a construção de novas delegacias. "Estão em andamento as obras de três novas unidades para a polícia judiciária na RMC. As construções

são custeadas com recursos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)", diz a nota divulgada no site oficial do governo.

Em Colombo, a futura delegacia do Alto Maracanã, que será sediada em um terreno doado pela prefeitura da cidade, substituirá a estrutura que funciona atualmente no bairro, em prédio alugado. A economia prevista é de cerca de R\$ 9,9 mil mensais. Já em Almirante Tamandaré deve ser erguida uma Delegacia Cidadã, modelo de atendimento com espaços específicos para separar vítimas de agressores e possibilidade de auxílio de assistentes sociais e psicólogos.

Outra delegacia que deve ganhar novo endereço é a de Araucária, que já funciona em sede própria, mas será transferida para um local quatro vezes maior

Estrutura

De acordo com o governo do Estado, as novas delegacias serão do padrão II, com 1.290,35 metros quadrados cada. As unidades devem permitir um melhor atendimento à população, separando crianças, idosos e mulheres, do público geral. As delegacias também devem ter salas de delegados, de reuniões e demais departamentos administrativos, além de sala de atendimento ao público, plantão, investigação e cartório. A expectativa é que as obras sejam concluídas no segundo semestre deste ano.

03 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

Marco Aurélio segurou inquérito contra Paes por um ano no STF

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, demorou quase um ano para enviar à Justiça Eleitoral fluminense o inquérito contra o ex-prefeito Eduardo Paes (DEM) que apura os crimes de corrupção, evasão de divisas e caixa dois nas campanhas eleitorais de 2010 e 2012.

O plenário do STF decidiu em março de 2019 que a apuração com base na delação de executivos da Odebrecht deveria ser enviada ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Rio de Janeiro. O ministro só determinou o envio no último dia 19, após questionamento da **Folha**.

Foi no processo de Paes que o Supremo definiu como regra enviar à Justiça Eleitoral todas as apurações de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro quando investigados junto com caixa dois.

A nova regra foi considerada uma derrota da Operação Lava Jato, cujos integrantes queriam manter os inquéritos na Justiça Federal. Para os procuradores, as cortes eleitorais não têm estrutura para analisar crimes complexos.

Paes estuda se candidatar neste ano à sucessão de Marcelo Crivella (Republicanos) na Prefeitura do Rio.

Pesquisa Datafolha divulgada em dezembro mostra Paes na liderança das intenções de voto, tecnicamente empatado com o deputado Marcelo Freixo (PSOL). Crivella, atrás de ambos, é reprovado por quase três quartos dos eleitores.

Paes e o deputado Pedro Paulo (DEM) foram citados na delação dos executivos Leandro Azevedo e Benedicto Junior como tendo recebido R\$ 14 milhões e US\$ 5,75 milhões em 2010 e 2012.

Em 2010, o objetivo era apoiar a candidatura à Câmara de Pedro Paulo. O pedido foi feito por Paes, diz Azevedo. A Odebrecht repassou R\$ 3 milhões, segundo registros entregues pelos delatores, nos quais o ex-prefeito era identificado como "Nervosinho".

Em 2012, diz Benedicto Junior, o repasse para a reeleição de Paes foi de R\$ 11,6 milhões em espécie e US\$ 5,75 milhões no exterior.

Os comprovantes de transferência entregues aos procuradores revelam três repasses de US\$ 1,25 milhão para uma conta na Suíça, em junho e julho de 2012, e outros dois repasses de US\$ 1 milhão para uma conta nas Bahamas, em setembro.

Grande parte das entregas em espécie no país foi corroborada por delação do marqueteiro Renato Pereira, que fez a campanha de Paes de 2012. Não se sabe o destino final dos depósitos no exterior.

A **Folha** questionou o STF em 19 de fevereiro sobre o motivo de os autos, àquela altura, não terem sido enviado para a Justiça Eleitoral fluminense. O gabinete do ministro não respondeu, mas, no mesmo dia, determinou o envio dos autos para o TRE-RJ.

03 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

Moro politiza fim de paralisação e não vê radicalismo após 241 mortes no CE

Nas redes, ministro rebateu Ciro Gomes e disse que crise só foi resolvida pela ação do governo federal

Gustavo Uribe e
Thaiza Pauluze

BRASÍLIA E FORTALEZA O ministro da Justiça, Sergio Moro, decidiu politizar o fim do motim de policiais militares do Ceará, iniciado em 18 de fevereiro e encerrado na noite de domingo (1º).

Nas redes sociais, o ministro do governo Jair Bolsonaro disse que “prevaleceu o bom senso”, “sem radicalismos” — mesmo depois de 241 pessoas terem sido assassinadas no estado durante nove dias de motim.

“O governo federal esteve presente, desde o início, e fez tudo o que era possível dentro dos limites legais e do respeito à autonomia do estado. Prevaleceu o bom senso, sem radicalismos”, afirmou o ex-juiz.

Moro também disse que a crise local na segurança pública “só foi resolvida pela ação do governo federal” e “apesar dos Gomes”, referência ao ex-presidentenciável Ciro Gomes e seu irmão Cid, ex-governador, ambos do PDT.

“Explorar politicamente o episódio, ofender policiais ou atacá-los fisicamente só atrapalharam. Apesar dos Gomes, a crise foi resolvida”, afirmou o ministro.

Durante o motim, Cid Gomes foi atingido por dois tiros quando tentou entrar com uma retroescavadeira em um batalhão tomado por policiais amotinados em Sobral (CE).

Ciro, que disse em uma mensagem que no Ceará manda a lei, chamou Moro de “capanga”. O ministro reagiu à crítica e disse que “o governo federal não falta ao Ceará”. O governador do estado, Camilo Santana (PT), é aliado dos Gomes.

Os homicídios explodiram no Ceará durante a paralisação, que teve início na tarde de 18 de fevereiro.

De 19 a 27 de fevereiro, segundo a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, foram 241 assassinatos no estado, média de 26,7 por dia. De 1 a 18 de fevereiro houve 164 homicídios (média de pouco mais de 9), número similar ao de janeiro de 2020, que teve 261 assassinatos o mês todo.

Ainda sem os números dos dias 28 e 29, fevereiro acumulou 405 homicídios entre os dias 1 e 27. Foi o mês mais violento no Ceará desde março de 2018, quando 414 pessoas foram assassinadas.

Embora a paralisação fosse ilegal, o presidente Jair Bolsonaro não criticou o movimento. Moro reconheceu a ilegalidade e defendeu o fim do movimento, mas disse que o PM

amotinado não poderia ser tratado “de maneira nenhuma como um criminoso”.

O motim foi encerrado depois que os PMs aceitaram proposta da comissão de representantes dos três Poderes do Ceará. O governo estadual se recusou a acatar a principal reivindicação do grupo, a anistia geral.

O governador Camilo Santana, que buscou justificar a ação de Cid em Sobral, adotou discurso de apaziguamento também com o governo Bolsonaro.

Santana afirmou que a “união de forças” acabou com o motim. “Agradeço a grande maioria da tropa que não aderiu ao motim, a Polícia Civil, os bombeiros, o Exército, a Força Nacional. Foi a união de forças tanto estadual quanto federal na tentativa de garantir a segurança da população cearense”, disse, sem citar o presidente ou o ministro Moro.

Ele pediu que o Exército continue no estado até o dia 6, quando vence a GLO (Garantia da Lei e da Ordem) prorrogada por Bolsonaro.

CONTINUA

“É importante que o Exército permaneça para reesta-

belecer a normalidade enquanto os veículos e equipamentos estão sendo recuperados”, afirmou o governador.

Camilo criticou a “mistura da política com polícia”, mas defendeu o senador Cid Gomes quando questionado se a atitude do pedetista não prejudicou as negociações e ajudou na radicalização.

“A minha interpretação sobre a atitude do senador Cid é [que foi] uma atitude de indignação, de quem vê a sua cidade sendo sitiada, policiais mascarados mandando fechar o comércio da sua cidade. Isso causa indignação em qualquer um de nós”, afirmou.

No acordo, o reajuste salarial oferecido pelo estado — considerado insuficiente e estopim da paralisação — foi mantido, mas o governo aceitou rediscutir como será distribuído entre as patentes o total que pretende gastar, que é de R\$ 495 milhões.

A oferta prevê reajuste para um soldado de R\$ 3.475 para R\$ 4.500, parcelado em três vezes (pagamentos em março de 2020, março de 2021 e março de 2022). O projeto tramita na Assembleia do Ceará.

Mesmo com a volta ao trabalho dos policiais, a Assembleia Legislativa do Ceará deve votar nesta terça (3) a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do governador que pretende proibir a anistia a militares envolvidos em movimentos ilegítimos de paralisação ou motim.

Em Fortaleza havia ainda pouca presença de PMs nas ruas nesta segunda-feira. Eram mais frequentes tropas de Exército e Força Nacional.

“

O governo federal vê com preocupação a paralisação que é ilegal da PM do estado. [...] Claro que o policial não pode ser tratado de maneira nenhuma como um criminoso

Sergio Moro

no sábado, 29 de fevereiro

Prevaleceu o bom senso, sem radicalismos

Moro

após o encerramento do motim

Aprende, Bolsonaro e seu capanga Moro: no Ceará está o seu pior pesadelo!

Ciro Gomes

na segunda (2)

O que diz a lei

Policiais podem fazer greve? A greve é proibida para agentes das polícias Civil, Militar, Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal e Corpo de Bombeiros

Por que a greve é vetada a esses grupos? Mesmo o setor privado tem o direito à greve limitado em caso de serviços essenciais, como assistência médica e distribuição de alimentos. O entendimento é que esses setores devem garantir a prestação da totalidade ou de parte do serviço para não prejudicar os cidadãos. No caso da segurança pública, o argumento é que a ausência do serviço põe a população em risco. Além disso, entende-se que esses grupos têm acesso a armamentos e podem usá-los contra a população em situações de descontrol

Que recursos os policiais têm para pleitear direitos? No entendimento do STF, a negociação é um direito do trabalhador público, inclusive o da segurança

CONTINUA

03 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Justiça estadual manda soltar 46 policiais militares

Marcel Rizzo

FORTALEZA A Justiça do Ceará determinou nesta segunda-feira a soltura de 46 policiais militares que estavam presos sob suspeita de participação no motim que paralisou parte da PM cearense.

A decisão foi do juiz Roberto Soares Coutinho, que, na quinta (27), havia convertido a prisão em flagrante de todos eles em prisão preventiva.

Segundo o juiz, o acordo feito entre os policiais e o estado tornou desnecessária a prisão, que teve como fundamento a garantia da ordem pública e a necessidade de manter a hierarquia e a disciplina.

Os 46 estavam detidos desde 22 de fevereiro por não aparecerem para trabalhar em operação especial de Carnaval no interior do estado. Eles foram considerados desertores.

Outros três PMs estão presos desde 18 de fevereiro, primeiro dia de paralisação, por esvaziar pneus de viaturas. A Justiça analisará os casos.

A decisão ocorre um dia depois de o motim terminar. O acordo assinado entre os policiais e uma comissão especial criada para negociar o fim da paralisação não contemplou a anistia geral pedida pelos amotinados.

Segundo o governador do Ceará, Camilo Santana (PT), todos serão investigados sem perseguição e, se considerados culpados, responderão pelos seus atos.

A soltura não significa que os policiais deixarão de responder por possível participação na paralisação. Os casos serão analisados separadamente, e os PMs podem vir a ser expulsos da corporação ou ser presos novamente.

Outros 230 policiais foram afastados por 120 dias enquanto são investigados —eles tiveram que devolver armas e distintivos e ficarão fora da folha salarial pelo período.

Ficou acertado, entretanto, que nenhum PM será transferido durante seis meses após a assinatura do acordo. Os manifestantes temiam que houvesse transferência em massa para o interior.

03 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

Juiz autoriza que Adélio troque prisão por local de tratamento

Joelmir Favares

SÃO PAULO O juiz responsável pelo acompanhamento da prisão de Adélio Bispo de Oliveira autorizou nesta segunda-feira (2) o autor da facada no então presidente Jair Bolsonaro a ser transferido da penitenciária federal de Campo Grande (MS), onde está preso desde setembro de 2018.

O magistrado Dalton Kita Conrado, da 5ª Vara Federal Criminal de Campo Grande, avaliou que o presídio não é local adequado para o cumprimento da medida de segurança aplicada a Adélio, que foi declarado inimputável pela Justiça.

Pela decisão, o esfaqueador terá que ser levado para Minas Gerais. O destino exato do autor do crime será fixado pela 3ª Vara Federal de Juiz de Fora (MG), cidade onde ocorreu o ataque.

A família dele mora em Montes Claros (norte de Minas) e, por falta de condições, nunca o visitou.

Adélio recebeu a chamada absolvição imprópria — não foi responsabilizado penalmente, por ter uma doença mental, o transtorno delirante persistente.

Ele cumpre medida de segurança por tempo indeterminado e deveria passar por tratamento psiquiátrico.

O juiz afirmou que Adélio não deve “permanecer em estabelecimento penal destinado apenas ao encarceramento de indivíduos e que não possui espaço destinado ao tratamento”.

A Defensoria Pública da União, que representa o preso, já foi informada de que um hospital psiquiátrico em Barbacena (MG) estaria apto a abrigá-lo.

Adélio tentou matar Bolsonaro durante um ato de campanha em setembro de 2018. O agora presidente da República já precisou passar por quatro cirurgias em decorrência do atentado.

As investigações da Polícia Federal apontam que o autor agiu sozinho. No ano passado, ele recusou uma oferta de delação premiada. Possíveis conexões dos antigos advogados ainda são apuradas, para descobrir eventuais mandantes.

03 MAR 2020

FOLHA DE S. PAULO

Lista global de ataques graves a jornalistas inclui repórter da Folha

Mônica Bergamo

SÃO PAULO A repórter da Folha Patrícia Campos Mello figura na terceira posição de uma lista que aponta os dez casos mais urgentes de ataques realizados contra jornalistas em todo o mundo.

O índice foi criado pela organização internacional One Free Press Coalition, que reúne veículos como The Washington Post, Agência EFE e Deutsche Welle, e chama atenção para os casos de perseguição contra profissionais da imprensa.

Em fevereiro, Patrícia virou alvo de ofensas nas redes sociais após um depoimento mentiroso, na CPMI das Fake News, de Hans River do Rio Nascimento, ex-funcionário de uma empresa de disparos de mensagens em massa por WhatsApp.

Dias depois, o presidente Jair Bolsonaro insultou Patrícia com um comentário de insinuação sexual. "Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim", disse ele em entrevista na porta do Palácio da Alvorada, diante de

um grupo de simpatizantes que riram das declarações.

A CPMI Hans disse, entre outras coisas e sem apresentar provas, que a repórter queria "um determinado tipo de matéria a troco de sexo", declaração reproduzida em seguida pelo deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente da República, em suas redes sociais.

Em dezembro de 2018, reportagem da **Folha** baseada em documentos da Justiça do Trabalho e em relatos do depoente Hans mostrou que uma rede de empresas, entre elas a Yacows, recorreu ao uso fraudulento de nome e CPFs de idosos para registrar chips de celular e disparar lotes de mensagens em benefício de políticos.

Na lista da One Free Press Coalition, Patrícia aparece ao lado de jornalistas como Chen Qiushi, da China, que está desaparecido desde 6 de fevereiro, quando começou a reportar sobre o coronavírus no país, e de Daler Sharifov, do Tajiquistão, que está em prisão preventiva por conta de artigos publicados entre 2013 e 2019.

MÔNICA BERGAMO

DEVOLTA O ministro Celso de Mello, decano do STF (Supremo Tribunal Federal), deve voltar à corte no dia 19. Ele está de licença médica por causa de uma cirurgia no quadril.

PAINEL DO LEITOR

PMs no Ceará

Sergio Moro, ministro da Justiça, foi ao Ceará dar apoio moral a policiais amotinados. O gesto pede providências legais. O ex-juiz está ofertando, de novo, motivos suficientes para novo pedido de suspensão, desta vez como membro do Executivo. Não se pode permitir que um ministro de Estado flerte com amotinados. O problema não é eles desejarem um autogolpe (alguma dúvida de que desejam?), mas a condescendência das instituições.

Humberto Miranda (Campinas, SP)

Esses policiais milicianizados são curral eleitoral de Bolsonaro. Isso explica muita coisa.

Victor Medeiros (Rio de Janeiro, RJ)

PAINEL DO LEITOR

! Parabéns à **Folha** pelos 99 anos. Espero uma comemoração em grande estilo no centenário desse importante jornal, que utiliza uma linha capaz de esclarecer os fatos deste momento difícil pelo qual passa o país.

Antônio Dilson Pereira (Curitiba, PR)

FOLHA DE S. PAULO

MORTE

03 MAR 2020

Defendeu os direitos humanos e a justiça social

THIAGO FABRES DE CARVALHO (1977-2020)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Órfãos de um mestre e de um amigo. Assim ficaram os alunos e amigos do advogado Thiago Fabres de Carvalho, criminalista, professor de direito da Universidade Federal do Espírito Santo e membro do Conselho Estadual de Ética da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) do Espírito Santo.

Ele morreu dia 26 de fevereiro, aos 42 anos, de infarto. “Era um gênio com alma e coração de criança”, conta a irmã Leticia Fabres de Carvalho, 40, assessora jurídica do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Com pós-doutorado em Criminologia na Universidade de Hamburgo (Alemanha), atuou principalmente nas áreas de criminologia, direito penal, processo penal, segurança pública e teoria dos direitos fundamentais e democracia.

Era um dos principais críticos brasileiros do sistema prisional. Tem quatro livros publicados. O quinto — “Política Criminal e Estado de Exceção no Brasil: O Direito Penal do Inimigo no Capitalismo Periférico” —, escrito em parceria com a professora Vera Malaguti, ainda será lançado.

Thiago nasceu em Vitória. A humildade era uma de suas virtudes. Tinha o amor e o perdão como princípios. De muitos amigos, era carismático e humano. Tinha uma mente inquieta que vivia a angústia de sentir a dor do outro. Era gentil e educado até nos momentos em que precisava ser combativo.

“Se foi uma pessoa que olhava para o próximo e, de fato, o enxergava. Tinha um olhar ainda mais generoso e acolhedor para os mais necessitados. Sempre utilizou seu conhecimento em favor dos excluídos”, diz Leticia.

A praia de Ubu (ES) era o cenário que gostava de ter ao fundo quando passava os finais de semana velejando com o pai. Adorava o mar, a música e cozinhar os pratos típicos de sua terra natal.

Solteiro, Thiago Fabres de Carvalho deixa um filho, os pais, quatro irmãos e a namorada.

03 MAR 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça solta amotinados; governador pede punição

Detidos por deserção semana passada, 43 PMs do Ceará foram liberados ontem

Após o fim do motim de policiais militares que durou 13 dias, o governador do Ceará, Camilo Santana (PT), e o procurador-geral de Justiça do Estado, Manuel Pinheiro, cobraram ontem punições aos agentes de segurança que participaram dos atos. No fim do dia, no entanto, a Justiça determinou a soltura, sem fiança, de 43 policiais que haviam sido detidos por deserção.

Assinado entre governo do Estado e representantes dos policiais, o acordo que colocou fim ao motim não prevê anistia. Por outro lado, o texto assegura, aos policiais que responderem administrativamente por terem se recusado a trabalhar, um “devido e justo processo”. Historicamente, policiais que participaram de movimentos semelhantes foram anistiados.

Em 2011, uma lei sancionada pela então presidente Dilma Rousseff garantiu que fossem anistiados PMs de 13 Estados e do Distrito Federal que se rebelaram entre 1997 e 2011. No ano passado, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo concedeu anistia administrativa aos policiais que participaram de motim para negociar aumento salarial em 2017.

Em vídeo divulgado em suas redes sociais, o governador cearense voltou a negar que dará

anistia. “Todos os processos abertos contra pessoas que infringiram a lei serão conduzidos sem possibilidade de anistia para quem praticou crimes e ameaçou a segurança da nossa população. Ninguém está acima da lei”, afirmou Santana.

O Ministério Público do Ceará pretende pedir a expulsão dos policiais que estiverem ligados aos casos considerados mais graves, segundo afirmou o procurador-geral de Justiça ao **Estado**. O Ministério Público atuará em comissão especial para acompanhar o processo administrativo e as reivindicações dos militares, de acordo com Manuel Pinheiro.

“O objetivo é garantir a legalidade. Por parte dos amotinados, havia o receio de que houvesse vingança, revanche, e nada disso pode acontecer. Os processos mais graves serão punidos com expulsão e os demais, com as punições proporcionais”, afirma Pinheiro. “O acordo (assinado com os amotinados) tratou de retomar o caminho da institucionalidade.”

Os promotores devem se reunir nos próximos dias com a Ordem dos Advogados do Brasil e a Defensoria Pública para tratar da composição e estabelecer um plano de trabalho. “A ideia é que a comissão externa possa ser acionada para avaliar todas

• 'Sem anistia'

“Todos os processo abertos serão conduzidos sem possibilidade de anistia para quem praticou crimes e ameaçou a segurança da nossa população.”

Camilo Santana (PT)

GOVERNADOR DO CEARÁ

“O objetivo é garantir a legalidade. Por parte dos amotinados, havia o receio de que houvesse vingança, revanche, e nada disso pode acontecer.”

Manuel Pinheiro

PROCURADOR-GERAL DO CEARÁ

as reclamações sobre possíveis excessos na apuração das responsabilidades”, disse o procurador-geral.

Deserção. O grupo de trabalho não atua nos casos envolvendo 43 policiais militares presos por deserção, por ordem da Justiça, no último dia 28. Ontem, o juiz Roberto Soares Bulcão Coutinho, da 17.^a Vara Criminal de Fortaleza, o mesmo que havia decidido pela prisão, determinou a liberdade provisória e sem fiança dos agentes. Tipificado no Código Penal Militar, o crime de deserção prevê até três meses de prisão.

Esses 43 militares foram detidos em flagrante após deixar de comparecer à operação de segurança do carnaval de Fortaleza. Durante audiência de custódia, Coutinho havia ressaltado a ilegalidade da greve dos agentes e destacou o “crescimento drástico” do número de homicídios durante o motim.

CONTINUA

03 MAR 2020

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Na decisão de ontem, o magistrado afirma que o fim da greve ilegal tornou a ordem de prisão sem necessidade. “Essa atual situação exige uma nova visão da questão, pois a conversão antes decretada teve como fundamento a garantia da ordem pública e a necessidade de manter a hierarquia e disciplina”, afirma Coutinho, que cita, em seu despacho, o acordo firmado pelos amotinados com o governo para encerrar a paralisação.

Embora tenha garantido punições justas aos amotinados, o texto não previa nenhuma medida em relação aos agentes detidos por deserção especial. “É salutar a concessão da liberdade, com a apuração das condutas, tanto na esfera disciplinar, quando em sede criminal, sem que a prisão se revele como instrumento necessário e adequado”, afirmou o juiz. / PAULO

ROBERTO NETTO e LUIZ VASSALLO

03 MAR 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça autoriza transferência de Adélio Bispo para tratamento

Autor do atentado contra Bolsonaro é considerado inimputável pela Justiça e deve ir para unidade de Saúde, diz magistrado

Paulo Roberto Netto

O juiz federal Dalton Igor Conrado, da 5.^a Vara Federal de Campo Grande, autorizou a transferência de Adélio Bispo de Oliveira para uma unidade prisional adequada para o seu tratamento. A decisão sobre onde o autor confesso do atentado a faca, em setembro de 2018, contra o então candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, caberá ao juiz de origem do caso, da Vara Federal de Juiz de Fora (MG).

Adélio foi considerado inimputável pela Justiça, ou seja, incapaz de responder pelos atos que praticou. Por isso, ele não foi condenado pelo crime e sua prisão preventiva foi convertida em internação psiquiátrica por tempo indeterminado.

No início do mês, o Ministério Público Federal (MPF) apresentou ofícios afirmando que o presídio federal em Campo Grande onde Adélio está preso não possuía 'aptidão para execução de medida de segurança imposta pela Justiça', e por isso, sua manutenção na unidade implicaria em violação à lei e potencial agravamento dos transtornos psíquicos do agressor.

A transferência deverá ser realizada em até 30 dias para "recolhimento e tratamento adequado" ao agressor. A decisão atende pedido da Defensoria Pública e do MPF.

Em decisão, o juiz Dalton Conrado afirmou que Adélio

● Atendimento

O Setor de Saúde do Presídio Federal de Campo Grande/MS é uma Unidade Básica de Saúde que realiza atendimentos emergenciais e básicos, não dispondo de equipe e local adequados ao tratamento da patologia de acomete o interno."

Dalton Conrado

JUIZ FEDERAL

deve permanecer em "espaço destinado ao tratamento adequado à patologia reconhecida em sentença", com estrutura, equipe médica e medicamentos necessários ao seu tratamento.

"O Setor de Saúde do Presídio Federal de Campo Grande/MS é uma Unidade Básica de Saúde que realiza atendimentos emergenciais e básicos, não dispondo de equipe e local adequados ao tratamento da patologia de acomete o interno", afirma o magistrado.

"Eventual permanência em presídio federal, poderia, inclusive, acarretar o agravamento do seu quadro de saúde".

O juiz aponta que a manutenção de Adélio também poderia comprometer a segurança interna do estabelecimento penal, visto que seus atos de desobediência não são punidos por sanções disciplinares.

Na decisão, o magistrado determinou o cumprimento da decisão com o recolhimento de Adélio em custódia ou celas mantidas pela Polícia Federal nos aeroportos ou proximidades durante o traslado de transferência.

A defesa de Adélio não foi localizada ontem.

03 MAR 2020

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

Procurador quer 'infiel' sem fundo e sem TV

Pareceres do vice-procurador-geral eleitoral Humberto Jacques de Medeiros liberam os deputados “infieis” de PDT e PSB para manter os atuais mandatos, mas determinam que a fatia do Fundo Partidário e o tempo de rádio e TV não fiquem nem com o partido nem com o parlamentar. Ou seja, para efeito de cálculos e coeficientes, os votos recebidos por eles nas eleições seriam “descomputados”. Com a solução “nem-nem”, Medeiros espera desincentivar os “divórcios litigiosos” e favorecer a fidelidade entre as siglas partidárias e os parlamentares.

◆ **É meu.** Os “infieis” pedem ao TSE para sair dos partidos, mas manter os mandatos, alegando justa causa, por votarem a favor da reforma da Previdência.

SÔNIA RACY

STF acessível

O MEC não quis a parceria com a Fundação Roquette Pinto, mas os ministros do STF querem. Pelo acordo assinado entre os dois lados, começa logo o intercâmbio de conteúdo entre TV Justiça e TV Escola. A ideia do STF é aumentar a interação com a sociedade. Enquanto isso... o sonho dourado da Roquette é uma parceria com a secretaria de **Regina Duarte**.

03 MAR 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PGR defende repercussão geral em ação contra empresa de bebida por danos ambientais e ao patrimônio público

A Procuradoria-Geral da República (PGR) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir que uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a Companhia de Bebidas das Américas (Ambev) seja devolvida à primeira instância. A empresa foi processada por danos ao meio ambiente, ao patrimônio público e à ordem econômica. É que,

entre 2007 e 2010, veículos da companhia foram flagrados 3.090 vezes trafegando pelas rodovias do país com carga acima do peso permitido por lei. Como consequência das infrações a empresa foi multada em R\$ 798,8 mil, mas sequer recebeu as cobranças por causa da interrupção do contrato entre o Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit), responsável pela emissão das

multas, e os Correios.

Ao determinar a devolução do processo ao tribunal de origem, a Suprema Corte entendeu que o caso se enquadra ao chamado Tema 895, do STF, o que exclui a possibilidade repercussão geral. No entanto, conforme pontuou o procurador-geral da República, Augusto Aras, o caso concreto não guarda semelhança com o precedente do STF.

Nova cadeia pública em Curitiba abrigará até 500 presos

A Capital terá uma nova cadeia pública nos próximos meses. O Governo do Estado vai começar ainda neste ano a reforma que transformará a sede atual do 11º Distrito Policial, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), em presídio. Após a modernização, o complexo deve receber entre 400 e 500 detentos, de acordo com o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (Depen-PR). O investimento por parte do Tesouro Estadual é estimado em R\$ 1 milhão.

Com isso, o diretor-geral do Depen, Francisco Caricati, explica que a delegacia também ganhará nova estrutura, em outro endereço. A Secretaria de Estado da Segurança Pública busca um imóvel que possa atender com tranquilidade as necessidades do 11º

Distrito. A expectativa é que a mudança ocorra em até seis meses.

“Será um investimento muito significativo, que reforça a preocupação do Estado em equacionar o problema do déficit prisional, além de permitir uma estrutura melhor para a segurança pública do Paraná”, destacou Caricati.

O diretor reforçou que o Depen vai repetir a estratégia de transformar delegacias em cadeias também em cidades do Interior do Estado. Ele citou projetos em andamento em Jaguariaíva (Campos Gerais), Umuarama (Nordeste), Paranaguá (Litoral) e União da Vitória (Sul). “São ampliações importantes, modernizações que se refletem em mais segurança e confiabilidade”, disse.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

03 MAR 2020

Bem cotado

Um levantamento feito pela Paraná Pesquisas mostra que 54,5% dos entrevistados acham que o trabalho que o ministro Sérgio Moro, da Justiça e Segurança Pública é ótimo ou bom; 21% regular e apenas 18,2% que péssimo ou ruim.

Ainda o levantamento da Paraná Pesquisa: ela quis saber dos entrevistados o que seria melhor para o futuro do ministro Moro e 57,9% acreditam que o melhor seria seu nome ser indicado para o STF; 15,9% que ele saísse candidato a presidente; e 14,4% que fosse o vice-presidente numa chapa com Bolsonaro em 2022.

A situação de Moro é tão confortável nas pesquisas de opinião que até surgiu entre os articuladores políticos do Centro Cívico, em Curitiba, a hipótese, carregada de temor, de que o ministro acabe se decidindo, devido às circunstâncias, a disputar o governo do Paraná em 2022. Seria uma reviravolta no quadro da política estadual.

DANÇOU

O prefeito de Toledo, Lucio de Marchi (PP), foi condenado pela Justiça pela inauguração antecipada de uma obra inacabada em período eleitoral, feita com o objetivo de promover seu grupo político e influenciar as eleições. A decisão é da 1ª Vara da Fazenda Pública, em resposta a ação civil pública por ato de improbidade administrativa ajuizado Ministério Público do Paraná, a partir da Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público da comarca.

NA PRAÇA

O ministro Celso de Mello, que está se preparando para deixar o Supremo, quer ir morar em Tatuí, interior de São Paulo, sua cidade. Lá – e isso ele até anuncia para os mais chegados – quer sentar-se na praça principal, conversar com os amigos de infância e tomar um sorvete de maracujá. O de Tatuí, ele diz, é insubstituível.

03 MAR 2020

JORNAL DO ÔNIBUS

Nova cadeia pública abrigará até 500 presos

A Capital terá uma nova cadeia pública nos próximos meses. O Governo do Estado vai começar ainda neste ano a reforma que transformará a sede atual do 11º Distrito Policial, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), em presídio. Após a modernização, o complexo deve receber entre 400 e 500 detentos, de acordo com o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (Depen-PR). O investimento por parte do Tesouro Estadual é estimado em R\$ 1 milhão.

Com isso, o diretor-geral do Depen, Fran-

cisco Caricati, explica que a delegacia também ganhará nova estrutura, em outro endereço. A Secretaria de Estado da Segurança Pública busca um imóvel que possa atender com tranquilidade as necessidades do 11º Distrito. A expectativa é que a mudança ocorra em até seis meses.

“Será um investimento muito significativo, que reforça a preocupação do Estado em equacionar o problema do déficit prisional, além de permitir uma estrutura melhor para a segurança pública do Paraná”, destacou Caricati. ●

Juiz manda transferir Adélio Bispo para MG

O juiz Dalton Conrado, da Justiça Federal do Mato Grosso do Sul, determinou ontem a transferência de Adélio Bispo de Oliveira, autor da facada contra o presidente Jair Bolsonaro no dia 6 de setembro de 2018, em Juiz de Fora (MG). Pela decisão, Adélio não poderá continuar preso na Penitenciária Federal em Campo Grande (MS). Caberá à Justiça de Minas Gerais, onde o crime ocorreu, decidir para onde o agressor será levado num prazo de até 30 dias.

Para o juiz, Adélio “deverá ser internado em local apropriado ao cumprimento da medida de segurança, com estrutura, equipe técnica e medicamentos necessários ao tratamento da sua enfermidade mental”, decidiu o magistrado. ●